

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Sanpaolo IMI Bank (International) S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário (instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal).

8 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, salientamos que embora as demonstrações financeiras do Banco tenham sido preparadas com base no princípio da continuidade das operações, conforme referido na nota n.º 59 do anexo é previsível o encerramento da actividade do Banco num futuro próximo. Contudo, é de salientar que a esta data não se prevê a existência de diferenças significativas entre os valores de realização dos diversos activos e de liquidação de passivos do Banco face aos valores pelos quais se encontram registados nas demonstrações financeiras anexas.

Lisboa, 28 de Março de 2007. — O Fiscal Único, PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração do Sanpaolo IMI Bank (International), S. A. (Banco), relativamente ao exercício findo em 31 Dezembro de 2006.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) O balanço, as demonstrações dos resultados e de origem e aplicação de fundos e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco e dos seus resultados;
- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados nas circunstâncias;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos;

vi) A proposta de aplicação de resultados obedece às disposições estatutárias e legais aplicáveis.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

- i) Aprovado o relatório de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 28 de Março de 2007. — O Fiscal Único, PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas. 2611018297

TRANS ENVIO — AGÊNCIA DE CÂMBIOS, L.ª

Relatório n.º 12-P/2007

Sede social: Rua de Campolide, 47-A, 1070-026 Lisboa.

Capital social: 500 000 euros.

Pessoa colectiva n.º 505915804.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 13 804.

Relatório e contas de 2006

Relatório da gerência

1 — Introdução

A Trans Envio — Agência de Câmbios, L.ª (sociedade), tem por objecto a compra e venda de moeda estrangeira e a transferências de fundos de e para o exterior, tem a sua sede na Rua de Campolide, 47-A, em Lisboa, pessoa colectiva n.º 505915804, com o capital social de 500 000 euros e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 13 804, e de acordo com a lei, apresenta aos sócios o relatório de gestão e as contas do exercício de 2006.

2 — Análise da actividade

A actividade da empresa durante o ano de 2006, continuou a desenvolver-se, numa conjuntura caracterizada pela forte concorrência do sistema financeiro tradicional e de sociedades financeiras que possuem o mesmo objecto da Trans Envio, ou seja a transferência de fundos de e para o exterior. O negócio de compra e venda de moeda estrangeira continuou a revestir-se de um carácter meramente acessório como consequência das limitações de mercado, que se revela muito agressivo e de fraca rentabilidade, em número de operadores instalados.

O quadro a seguir mostra o volume de compras e vendas de moeda estrangeira, excluindo as transacções de *travellers* cheques, bem como o total de ganhos cambiais deste segmento de actividade:

Compras de ME (contravalor em euros)	376 444,39
Vendas de ME (contravalor em euros)	401 625,67
Total ganho cambial	26 886,19

Nas transferências de fundos de e para o exterior, os resultados ficaram aquém dos objectivos inicialmente traçados, tendo em conta as naturais e legítimas expectativas criadas pelos resultados globais obtidos no ano de 2005, muito embora no último trimestre desse exercício já se registasse algum retrocesso na evolução verificada até aí.

Isto apesar de se ter mantido uma forte estratégia de *marketing* ao longo de todo o ano, orientada para o alargamento e diversificação da base de clientes e para o reforço de uma imagem de segurança, eficácia e confiança junto do mercado.

Para tal resultado não serão alheias as estratégias comerciais cada vez mais agressivas das empresas concorrentes como seja a ausência de cobrança de comissões e a indesejável permanência de um clima de crise económica no país que necessariamente afecta o mercado de transferências. Com efeito, os elevados níveis de desemprego e a ausência de significativo investimento quer público quer privado, afectam

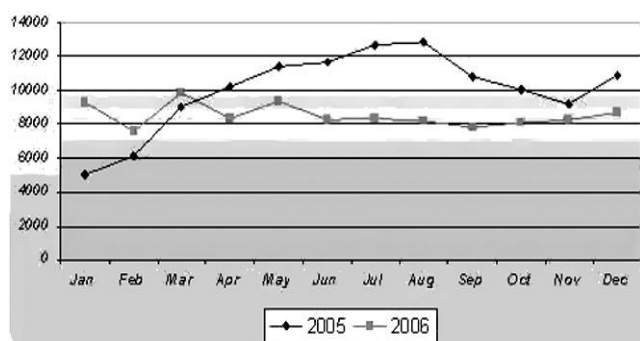
directa e profundamente os sectores (comércio, construção civil e obras públicas) onde se enquadram os trabalhadores que afinal constituem a grande massa de clientes da empresa.

O número de remessas e volumes (totais e média unitária) está expresso no quadro seguinte:

Descrição	(Em euros)	
	2006	2005
Número de remessas	102 369	120 222
Montante	41 568 500,0	48 457 000,0
Média por remessa	406,1	403,1

A evolução das ordens recebidas e enviadas ao longo dos anos de 2005 e 2006 está expressa no gráfico que se segue:

Evolução mensal de ordens



No encaminhamento e distribuição das ordens é de continuar a destacar o canal Brasil, que representava, no final do exercício, 76% do total das ordens recebidas e enviadas se bem que registando um decréscimo relativo de cerca de 13% em termos de representatividade relativa, considerada a base global de distribuição das ordens.

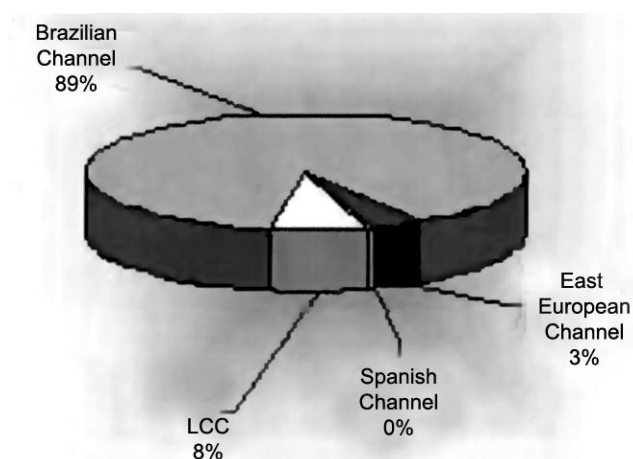
Em contrapartida, o canal Leste apresentou um crescimento relativo de 7%, confirmando-se constituir inequivocamente um segmento que merece ser devidamente trabalhado podendo vir a tornar-se ainda mais importante.

O canal LCC representou, neste ano de 2006, 14% do volume de transacções da sociedade, o que consubstancia, face ao volume de transacções verificadas no ano anterior, um aumento relativo de 6%.

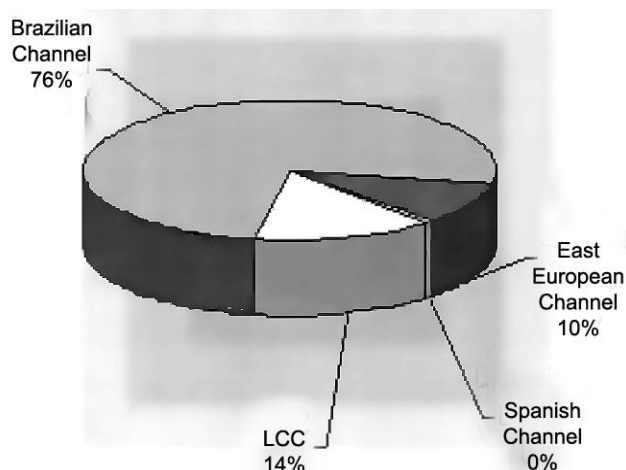
Este canal caracteriza-se por ser constituído por sociedades ligadas à Trans Envio, através de sócios comuns.

A distribuição (origem e destino) das ordens, em percentagem, é a seguinte:

Canais de distribuição em 2005



Canais de distribuição em 2006



Em matéria de políticas de gestão de riscos financeiros interessa ressaltar a política de preços e cobertura de riscos cambiais. Em matéria de riscos de crédito, liquidez e de fluxos de caixa, eles não têm particular relevância no conjunto de activos e passivos da sociedade, dada a natureza da actividade desenvolvida. Na verdade, esta impõe, em geral, a entrada dos fluxos financeiros líquidos e a liquidação de uma responsabilidade perante terceiros. A liquidez e fluxos de caixa, ficam apenas condicionados pelo esforço de investimento ocorrido em cada período, bem como pelos fluxos gerados internamente pela conta de exploração. Não existem constrangimentos de tesouraria provocados por situações de incumprimento, e o grau de liquidez dos elementos do activo é feita tendo em conta as necessidades de fluxos financeiros futuros, de carácter corrente ou extraordinário.

A gestão da política de preços é feita tendo em conta as regras do mercado e o comportamento da concorrência não descurando obviamente o serviço de excelência que se pretende prestar ao cliente.

Em matéria de risco de câmbio, com excepção da compra e venda de moeda, cuja risco implícito é o que decorre no período da data da compra até à data da venda, o risco de câmbio em divisas está atenuado pelo facto da fixação de *pricing* a terceiros, ser função dos montantes e taxas contratados previamente na respectiva divisa.

3 — Marketing

Continuou em 2006 o esforço significativo no que às actividades gerais de *marketing* concerne, especialmente nas suas vertentes comunicação e imagem para elevar os níveis de notoriedade da empresa junto de todo o seu público-alvo e para fazer chegar a este da forma mais clara e expedita a respectiva mensagem.

O mercado onde a Trans Envio exerce a sua actividade caracteriza-se por uma forte e agressiva concorrência entre competidores, pelo que se requer uma constante adaptabilidade do plano de *marketing* da empresa às constantes alterações do mercado nomeadamente resultantes de alterações das estratégias dos concorrentes.

Acresce que, o cliente-padrão que recorre aos serviços da Trans Envio, se caracteriza, na maioria dos casos, por pertencer à comunidade de imigrantes estrangeiros residentes em Portugal (principalmente de nacionalidade brasileira e de leste), com uma forte apetência à poupança e buscando permanentemente serviços de encargos e custos o mais reduzidos possível, optando, muitas vezes, por serviços mais baratos, desprezando nomeadamente o factor segurança.

A implementação das estratégias de *marketing* visando sobretudo captar e fidelizar os clientes têm implicado assim um redobrado esforço, quer na divulgação da imagem e serviços da sociedade, quer na realização de constantes acções de promoção e de *merchandising*.

Consequentemente, os custos de marketing continuam como uma das principais rubricas da componente de custos, cifrando-se em cerca de 420 000 euros no exercício.

4 — Investimento

No decurso do presente ano, a sociedade reduziu drasticamente o esforço de investimento, dado ter optado por não expandir a sua rede de balcões de atendimento.

Assim, e no decurso do exercício de 2006, foram investidos em activos fixos apenas 57 779,20 euros, em equipamento, como se detalha no quadro a seguir:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe-rências	Amorti-zações do exercício	Regu-lariza-ções	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2006
	Valor bruto	Amorti-zações acumuladas	Aqui-sições	Reava-liações (líquido)					
Imobilizações incorpóreas	29 100,67	18 915,88	1 695,21	—	3 914,96	11 570,17	—	—	4 224,79
Despesas de estabelecimento	6 408,42	4 272,42	—	—	2 136,00	—	—	—	
Sistema de tratamento auto-mático de dados	22 692,25	14 643,46	1 695,21	—	3 914,96	9 434,17	—	—	4 224,79
Imobilizações corpóreas	1 442 733,39	175 076,79	56 083,99	—	—	142 040,96	—	—	1 181 699,63
Imóveis de serviço próprio	662 429,75	9 936,44	—	—	—	9 936,44	—	—	642 556,87
Obras em imóveis arrendados	112 752,50	22 550,50	—	—	—	11 275,25	—	—	78 926,75
Equipamento	644 010,34	136 704,64	56 083,99	—	—	114 944,08	—	—	448 445,61
Equipamento em locação fi-nanceira	23 540,80	5 885,21	—	—	—	5 885,19	—	—	11 770,40
Outras imobilizações corpó-reas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	16 360,59	—	—	—	— 3 914,96	—	—	—	12 445,63
Imobilizações incorpóreas ...	16 360,59	—	—	—	— 3 914,96	—	—	—	12 445,63
<i>Totais</i>	1 488 194,65	193 992,67	57 779,20	—	—	153 611,13	—	—	1 198 370,05

5 — Recursos humanos

No que refere à evolução dos efectivos, em 2006 verificou-se um significativo decréscimo do número de colaboradores ao serviço da sociedade, ditado pela evolução regressiva do mercado ao longo do ano.

Com efeito, no final do exercício de 2005, a sociedade tinha ao seu serviço 49 postos de trabalho, com especial incidência no postos de trabalho destinados à recepção dos fundos e respectivas ordens (*front office*), registando-se no final do corrente ano um total de 33 colaboradores.

Descrição	2006	2005
Funções:		
Chefia	1	1
Técnicos	6	6
Administrativos e comerciais	26	42
<i>Total</i>	33	49

Verificou-se durante o exercício em análise, alguma rotatividade nos postos de trabalho o que exigiu um esforço adicional de formação tendo em conta a especificidade das funções.

6 — Análise económico-financeira

6.1 — Evolução dos principais indicadores económico-financeiros

Apesar dos resultados obtidos em 2006 terem ficado aquém das expectativas, a sociedade prosseguiu no esforço de alargar a sua base de clientes e confirmar a sua real implantação no mercado das trans-ferências de fundos.

As operações de transferência de fundos, a parte principal do negó-cio, atingiram no exercício 102 369 ordens, contra 120 222 ordens no ano anterior (cerca de — 15%).

Assim, de acordo com os volumes referidos, no exercício de 2006 verificou-se um abrandamento da actividade, a qual se pretende melhora-da e consolidada no futuro próximo, perspectivando-se uma melhoria significativa na sua estrutura económico-financeira.

Os principais indicadores de exploração tiveram a evolução seguinte:

Os proveitos totais atingiram 1 586 000 euros no exercício, con-tra 3 080 000 euros no ano anterior;

O resultado líquido do exercício foi negativo em 393 000 euros, contra 617 000 euros positivos no ano anterior.

6.2 — Balanço

A estrutura patrimonial da sociedade encontra-se resumida no quadro a seguir:

(Em euros)			
Activo	2006	2005	Varição (percen-tagem)
Caixa e equivalentes	224 074,39	553 575,37	— 59,5
Créditos sobre instituições de crédito	44 400,00	44 400,00	—
Títulos	—	1 155,81	— 100,0
Imobilizado líquido	1 198 370,05	1 294 201,98	— 7,4
Outros activos	212 995,88	243 809,03	— 12,6
Contas de regularização	27 315,83	40 298,43	— 32,2
<i>Total</i>	1 707 156,15	2 177 440,62	— 21,6
Passivo e capital	2006	2005	Varição (percen-tagem)
Débitos para com clientes	563 893,95	344 730,72	63,6
Outros passivos	270 415,53	564 486,37	— 52,1
Contas de regularização	86 207,22	88 580,16	— 2,7
Provisões para riscos e encargos	7 200,00	7 200,00	—

(Em euros)

Passivo e capital	2006	2005	Variação (porcen- tagem)
Passivos subordinados	70 000,00	70 000,00	—
Capital subscrito	500 000,00	500 000,00	—
Reservas	61 689,56	—	—
Resultados transitados	540 753,81	— 14 452,25	—
Resultado do exercício	— 393 003,92	616 895,62	—
<i>Total</i>	1 707 156,15	2 177 440,62	— 21,6

Como se poderá verificar o activo líquido passou de cerca de 2 177 000 euros para 1 707 000 euros, traduzindo um decréscimo de cerca de 21,6%.

Do lado do passivo de referir que as rubricas a pagar incluem um empréstimo bancário cujo reembolso será feito ao longo de vários anos. De referir também a existência de um passivo subordinado de 70 000 euros, subscrito pelos sócios da sociedade em 2004 e cuja realização teve em vista a adequação dos fundos próprios ao exigido legalmente.

6.3 — Demonstração dos resultados

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da demonstração de resultados por funções, comparativamente com o ano anterior, a qual evidencia, a já anteriormente referida quebra no desempenho económico.

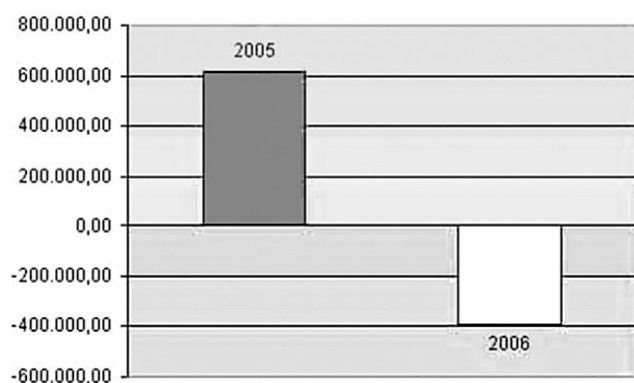
Indicadores			
Descrição	2006	2005	
1 — Margem de intermediação	— 19 609,54	— 14 387,27	
2 — Margem de serviços	253 945,38	401 083,12	
3 — Margem da função de investimento	1 148 814,17	2 609 751,49	
4 — Resultados antes dos custos de transformação	1 376 461,82	2 990 086,34	
5 — Custos de transformação	— 1 777 513,43	— 1 987 772,65	
6 — Resultado operacional	— 401 051,61	1 002 313,69	
7 — Resultados antes de impostos e interesses minoritários	— 393 003,92	891 625,62	
8 — Resultado líquido	— 393 003,92	616 895,62	

O exercício de 2006 gerou comissões líquidas de 254 000 euros.

Os resultados em operações financeiras atingiram 1 149 000 euros e decorrem, fundamentalmente, de resultados cambiais em operações de transferências de fundos.

Os custos de transformação atingiram 1 778 000 euros, dos quais 790 000 euros em custos com pessoal e 834 000 euros em outros custos administrativos.

O resultado do exercício foi negativo em 393 000 euros e evoluiu negativamente de 2005 para 2006, conforme gráfico a seguir.



7 — Factos relevantes e perspectivas futuras

Analisando o abaixamento verificado no presente exercício, relativamente ao exercício anterior, a aposta da empresa para o ano de 2007 assenta fundamentalmente no esforço de recuperação de antigos, fidelização dos actuais e angariação de novos clientes de modo a permitir um alargamento sustentável da nossa base de clientes.

Durante o ano de 2007, prevê-se a abertura de três novas agências, uma na chamada linha de Sintra, outra na chamada linha de Cascais e outra no Algarve que servirão indistintamente os clientes de todas as nacionalidades.

Na verdade, prevê-se que a concorrência se torne cada vez mais agressiva e que a luta competitiva se venha a centrar cada vez mais nas taxas de serviço e taxas de câmbio praticadas por cada um dos competidores.

Pondera-se igualmente, o estabelecimento de parcerias com outros entidades, financeiras ou não, de forma a conseguir angariar novos clientes em zonas do país onde a sociedade ainda não possui balcões próprios.

8 — Proposta de aplicação de resultados

A actividade da Trans Envio — Agência de Câmbios, L.^{da}, gerou um resultado líquido negativo do exercício de 393 003,92 euros.

Embora tendo presente os termos da alínea f) do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, conjugado com o previsto no artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, dada a natureza do resultado a gerência propõe à assembleia geral de sócios que o resultado do exercício de 2006 seja aplicado da seguinte forma (em euros):

Resultados transitados 393,003,92

9 — Notas finais

A gerência expressa o seu agradecimento a todas entidades e pessoas que apoiaram e colaboraram na actividade da Trans Envio, nomeadamente:

Ao Banco de Portugal, pelo apoio e atenção sempre manifestados;
A todos os colaboradores, pela dedicação, empenho e esforço que demonstraram no exercício das respectivas funções;

As entidades bancárias responsáveis pelo pagamento das ordens de transferência no destino, sem as quais os serviços da Trans Envio não teriam sido possíveis;

E muito especialmente, aos nossos clientes, pela confiança que em nós depositaram.

Lisboa, 10 de Março de 2007. — A Gerência: *Márcio Leitão da Silva*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006**ACTIVO**

(Em euros)

	Notas	2006			2005 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais		110 231,77	—	110 231,77	187 179,22
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito		113 842,62	—	113 842,62	366 396,15
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	14	44 400,00	—	44 400,00	44 400,00
4 — Créditos sobre clientes	14	—	—	—	—
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		—	—	—	—
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emis- sores públicos	10	—	—	—	—
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de ou- tros emissores	10	—	—	—	—
(Dos quais: obrigações próprias)		—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	10	—	—	1 155,81	—
7 — Participações	6	—	—	—	—
8 — Partes de capital em empresas coligadas	6	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	11	47 156,47	30 486,05	16 670,42	26 545,38
10 — Imobilizações corpóreas	11	1 498 817,38	317 117,75	1 181 699,63	1 267 656,60
(Dos quais: imóveis)	11	(775 182,25)	(53 698,63)	(721 483,62)	(742 695,31)
11 — Capital subscrito não realizado		—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	10	—	—	—	—
13 — Outros activos	31	219 343,64	6 347,76	212 995,88	243 809,03
15 — Contas de regularização	27	27 315,83	—	27 315,83	40 298,43
16 — Prejuízo do exercício		393 003,92	—	393 003,92	—
<i>Total do activo</i>		2 454 111,63	353 951,56	2 100 160,07	2 177 440,62

PASSIVO

	Notas	2006	2005
1 — Débitos para com instituições de crédito		—	—
a) À vista		—	—
b) A prazo ou com pré-aviso		—	—
2 — Débitos para com clientes		563 893,95	344 730,72
a) Depósitos de poupança	18	—	—
b) Outros débitos		563 893,95	344 730,72
ba) À vista	18	356 754,22	105 580,56
bb) A prazo	18	207 139,73	239 150,16
3 — Débitos representados por títulos		—	—
a) Obrigações em circulação	19	—	—
b) Outros	19	—	—
4 — Outros passivos	31	270 415,53	564 486,37
5 — Contas de regularização	27	86 207,22	88 580,16
6 — Provisões para riscos e encargos		7 200,00	7 200,00
a) Provisões para pensões e encargos		—	—
b) Outras provisões	24	7 200,00	7 200,00
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	24	—	—
8 — Passivos subordinados	22	70 000,00	70 000,00
9 — Capital subscrito	29	500 000,00	500 000,00
10 — Prémios de emissão		—	—
11 — Reservas	29	61 689,56	—
12 — Reservas de reavaliação	29	—	—
13 — Resultados transitados	29	540 753,81	— 14 452,25
14 — Lucro do exercício	29	—	616 895,62
<i>Total do passivo</i>		2 100 160,07	2 177 440,62

Rubricas extrapatrimoniais

(Em euros)

	Notas	2006
1 — Passivos eventuais	23	44 400,00
Dos quais:		
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados		—
Cauções e activos dados em garantia		44 400,00
2 — Compromissos	23	—
Dos quais:		
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra		—

A Gerência: *Márcio Leitão da Silva*. — O Responsável pela Contabilidade, *(Sem assinatura)*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2006

DÉBITO

	Notas	2006	2005
A) Custos			
1 — Juros e custos equiparados		20 681,41	17 517,77
2 — Comissões		183 676,81	65 655,31
3 — Prejuízos em operações financeiras		—	—
4 — Gastos gerais administrativos		1 623 902,30	1 844 549,52
a) Custos com pessoal		789 616,85	704 093,01
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(630 665,01)	(555 704,92)
(— encargos sociais)		(158 951,84)	(137 127,41)
Dos quais:			
(— com pensões)		—	—
b) Outros gastos administrativos		834 285,45	1 140 456,51
5 — Amortizações do exercício	11	153 611,13	143 223,13
6 — Outros custos de exploração	39	2 000,00	5 971,00
7 — Provisões para crédito vencido, cobrança duvidosa e para outros riscos	24	4 318,56	15 641,74
8 — Provisões para imobilizações financeiras	24	—	—
10 — Resultado da actividade corrente		387 618,63	(987 061,95)
11 — Perdas extraordinárias	39	949,83	95 739,82
13 — Impostos sobre lucros	41	—	274 730,00
14 — Outros impostos		4 688,19	390,00
15 — Lucro do exercício		—	616 895,62
<i>Total dos custos</i>		1 993 828,23	3 080 313,91

CRÉDITO

	Notas	2006	2005
B) Proveitos			
1 — Juros e proveitos equiparados	38	1 071,87	3 130,50
Dos quais:			
(— de títulos de rendimento fixo)		—	—
2 — Rendimento de títulos	38	—	—
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		—	—
b) Rendimento de participações		—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas		—	—
3 — Comissões	38	437 622,19	466 738,43
4 — Lucros em operações financeiras	38	1 148 814,17	2 609 751,49
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	24	13 063,35	—

(Em euros)

	Notas	2006	2005
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	24	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	39	—	—
8 — Resultado da actividade corrente	—	—	—
9 — Ganhos extraordinários	39	252,73	693,49
11 — Prejuízo do exercício	—	393 003,92	—
<i>Total dos proveitos</i>		<i>1 993 828,23</i>	<i>3 080 313,91</i>

A Gerência: *Márcio Leitão da Silva*. — O Responsável pela Contabilidade, *(Sem assinatura)*.**Demonstração individual dos resultados por funções**

(Actividade global)

Descrição	2006	2005
1 — Margem financeira	— 19 609,54	— 14 387,27
2 — Provisões para riscos de crédito	—	—
3 — Recuperações de crédito	—	—
4 — Margem de intermediação	— 19 609,54	— 14 387,27
5 — Comissões líquidas	253 945,38	401 083,12
6 — Outros resultados de exploração	—	—
7 — Margem de serviços	253 945,38	401 083,12
8 — Rendimento de títulos	—	—
9 — Resultados consolidados pelo método de equivalência patrimonial	—	—
10 — Resultados em operações financeiras	1 148 814,17	2 609 751,49
11 — Provisões para depreciação de títulos	—	—
12 — Margem da função de investimento	1 148 814,17	2 609 751,49
13 — Amortização <i>goodwill</i>	—	—
14 — Outros custos	— 6 688,19	— 6 361,00
15 — Resultados antes dos custos de transformação	1 376 461,82	2 990 086,34
16 — Custos com o pessoal	— 789 616,85	— 704 093,01
17 — Outros custos administrativos	— 834 285,45	— 1 140 456,51
18 — Amortizações	— 153 611,13	— 143 223,13
19 — Custos de transformação	— 1 777 513,43	— 1 987 772,65
20 — Resultado operacional	— 401 051,61	1 002 313,69
21 — Outras provisões	8 744,79	— 15 641,74
22 — Resultados na alienação de participações financeiras	—	—
23 — Outros resultados extraordinários	— 697,10	— 95 046,33
24 — Resultados antes de impostos e interesses minoritários	— 393 003,92	891 625,62
25 — Impostos	—	— 274 730,00
26 — Interesses minoritários	—	—
27 — Resultado líquido	— 393 003,92	616 895,62

A Gerência: *Márcio Leitão da Silva*. — O Responsável pela Contabilidade, *(Sem assinatura)*.**Demonstração dos fluxos de caixa individuais
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005**

	2006	2005
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Recebimento de juros e comissões	438 694,06	469 868,93
Pagamento de juros e comissões	(187 572,04)	(71 079,52)
Pagamentos a fornecedores	(875 410,26)	(1 065 346,28)
Pagamentos ao pessoal	(763 425,70)	(654 766,49)
Resultados em operações financeiras	1 148 787,81	2 609 751,49

(Em euros)

	2006	2005
Impostos sobre o rendimento pagos	(276 234,98)	(626,11)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	298 130,51	(50 742,12)
Fluxo de caixa antes das rubricas extraordinárias	(217 030,60)	1 237 059,90
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	252,73	693,49
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(949,83)	(95 739,82)
Fluxo de caixa das actividades operacionais	(217 727,70)	1 142 013,57
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Aquisição de imobilizações incorpóreas	(1 695,21)	(17 814,62)
Aquisição de imobilizações corpóreas	(56 083,99)	(1 132 721,10)
Pagamento de investimentos financeiros	—	—
Recebimento de investimentos financeiros	1 155,81	—
Remuneração investimentos financeiros	26,36	—
Caixa líquida das actividades de investimento	(56 597,03)	(1 150 535,72)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Entradas e aumento de capital	—	—
Emissão de passivos subordinados	—	—
Empréstimos bancários	—	260 000,00
Reembolso de empréstimos bancários	(38 390,07)	(20 849,84)
Remuneração de empréstimos bancários	(16 786,18)	(12 093,56)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(55 176,25)	227 056,60
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(329 500,98)	218 534,45
Caixa e seus equivalentes no início do período	553 575,37	335 040,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período	224 074,39	553 575,37

A Gerência: *Márcio Leitão da Silva*. — O Responsável pela Contabilidade, (Sem assinatura.)**Anexo à demonstração dos fluxos de caixa**

A presente demonstração de fluxos de caixa foi elaborado de forma consistente para os períodos apresentados, pelo método directo, a partir das diferentes rubricas da demonstração dos resultados, ajustadas pelas variações das componentes de balanço com impacto nos fluxos de caixa.

1 — Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:

Não houve nos exercícios a que as demonstrações financeiras se referem operações de aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais.

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Descrição	2006	2005
Numerário	110 231,77	187 179,22
Depósitos bancários imediatos mobili- záveis	113 842,62	366 396,15
Equivalentes a caixa	—	—
Disponibilidades constantes do balanço	224 074,39	553 575,37

3 — Divulgação de informações respeitantes a actividades financeiras:

Não existem créditos bancários concedidos e não sacados, nem outras operações financeiras, com impacto positivo ou negativo nos fluxos de caixa futuros.

4 — Repartição do fluxo de caixa por ramos de actividade:

Os fluxos de caixa dizem basicamente respeito ao segmento de actividade remessas de e para o exterior.

5 — Outras informações necessárias à compreensão desta demonstração:

A sociedade não dispõe de outras informações relevantes e necessárias à compreensão dos fluxos de caixa.

A Gerência: *Márcio Leitão da Silva*. — O Responsável pela Contabilidade, (Sem assinatura.)

Anexo às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Montantes em euros, excepto quando expressamente indicado)

Nota introdutória:

A Trans Envio — Agência de Câmbios, L.^{da} (Trans Envio ou sociedade), é uma agência de câmbios constituída em Outubro de 2003. O início das operações apenas ocorreu em 22 de Março de 2004, estando autorizada a operar na compra e venda de moedas estrangeiras e transferência de fundos de e para exterior.

A Trans Envio tem actualmente quatro balcões (dois em Lisboa, um no Porto e outro na Ericeira), bem como um serviço de *call center*, a partir dos quais assegura o atendimento dos seus clientes.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB — instrução n.º 4/96). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Trans Envio ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1 — Ajustamento aos valores publicados no exercício anterior:

Relativamente aos valores publicados no exercício anterior, não foram feitos em 2006 ajustamentos que prejudiquem uma correcta comparabilidade dos mapas financeiros.

2 — Mapas financeiros apresentados:

Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço, possam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação das contas:

As demonstrações financeiras da Trans Envio foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

3.2 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios.* — Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) *Transacções em moeda estrangeira.* — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros ao câmbio de *fixing* da data do balanço.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira são registadas na posição cambial. A definição de posição cambial à vista e a prazo e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista numa moeda corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vencem nos dois dias úteis subsequentes.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de *fixing* do dia. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras, respectivamente.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a aguardar liquidação, com exclusão das que se vencem nos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

A diferença entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo como proveitos e custos em suspenso, por contrapartida de proveitos ou custos nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, respectivamente.

c) *Provisões para risco país e provisões para outros riscos e encargos:*i) *Provisão para risco-país:*

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com as excepções previstas no normativo em vigor.

ii) *Provisões para outros riscos e encargos:*

Destina-se a suportar os potenciais encargos decorrentes de processos judiciais em curso e outras contingências.

d) *Aplicações em títulos.* — Os investimentos em valores mobiliários encontram-se classificados na carteira de investimento e são valorizados da seguinte forma:

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade da Trans Envio.

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na rubrica de contas de regularização do activo como proveitos a receber, enquanto o valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação dos mesmos em cada vencimento.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição.

As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) são provisionadas.

e) *Imobilizações corpóreas e incorpóreas.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, não tendo ocorrido nenhuma reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

A depreciação é calculada com base no método das quotas constantes. A Trans Envio utiliza, em regra, as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4
Mobiliário e material	8-10
Máquinas e ferramentas	5-8
Instalações interiores	5-10
Equipamento de segurança	8-10
Material de transporte	4-5

As imobilizações incorpóreas incluem, principalmente, encargos com a constituição da sociedade e *software*. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes em três anos.

f) *Impostos sobre os lucros.* — A Trans Envio está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

g) *Locação financeira.* — A sociedade realiza apenas operações desta natureza como locatária, as quais são registadas de acordo com os seguintes critérios:

Como locatário:

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de juros e custos equiparados.

4 — Derrogações aos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas:

Não existem derrogações aos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas do Sistema Bancário.

5 — Valias não escrituradas:

Não são conhecidas importantes divergências entre a avaliação efectuada no balanço e outras avaliações feitas com base no último preço de mercado.

6 — Relação das participações financeiras directas superiores ou iguais a 20% dos capitais sociais:

O Trans Envio não detém ela própria qualquer percentagem de capital social de quaisquer outras empresas ou entidades.

10 — Inventário da carteira de títulos:

A seguir, em modelo apropriado, figura o detalhe da carteira de títulos e de participações financeiras que integram as rubricas 6 do activo, não se apresentando quadro para 2006, por não existir título na data de fecho do exercício.

Inventário de títulos e participações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Cotação	Valor de cotação	Valor de balanço
B) Títulos de investimento:						
Unidades de participação:						
Barclays — curto prazo	110,71	—	10,44	10,64	1 178,09	1 155,81

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

Os movimentos e saldos do activo imobilizado, de acordo com o modelo apropriado, são os seguintes:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe-rências	Amorti-zações do exercício	Regu-lariza-ções	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2006
	Valor bruto	Amorti-zações acumuladas	Aqui-sições	Reava-liações (líquido)					
Imobilizações incorpóreas	29 100,67	18 915,88	1 695,21	—	3 914,96	11 570,17	—	—	4 224,79
Despesas de estabelecimento	6 408,42	4 272,42	—	—	2 136,00	—	—	—	
Sistema de tratamento auto-mático de dados	22 692,25	14 643,46	1 695,21	—	3 914,96	9 434,17	—	—	4 224,79
Imobilizações corpóreas	1 442 733,39	175 076,79	56 083,99	—	—	142 040,96	—	—	1 181 699,63
Imóveis de serviço próprio	662 429,75	9 936,44	—	—	—	9 936,44	—	—	642 556,87
Obras em imóveis arrendados	112 752,50	22 550,50	—	—	—	11 275,25	—	—	78 926,75
Equipamento	644 010,34	136 704,64	56 083,99	—	—	114 944,08	—	—	448 445,61
Equipamento em locação fi-nanceira	23 540,80	5 885,21	—	—	—	5 885,19	—	—	11 770,40
Outras imobilizações corpó-reas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	16 360,59	—	—	—	— 3 914,96	—	—	—	12 445,63
Imobilizações incorpóreas ...	16 360,59	—	—	—	— 3 914,96	—	—	—	12 445,63
Totais	1 488 194,65	193 992,67	57 779,20	—	—	153 611,13	—	—	1 198 370,05

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Aplicações em ICs no País	44 400,00	44 400,00

Esta aplicação está a caucionar uma garantia bancária, pedida e obtida, a favor de terceiros.

16 — Trespases, despesas de estabelecimento e despesas de investigação e desenvolvimento:

Apenas existem despesas de estabelecimento ou despesas de cons-tituição cujo valor líquido ascendia no final do ano a:

	2006	2005
Desp. de estabelecimento/constituição	—	2 136,00

17 — Correções no activo não imobilizado motivadas por medi-das de carácter fiscal:

Não há correções introduzidas no activo não imobilizado motiva-das por medidas de carácter fiscal.

18 — Débitos para com instituições de crédito e para com clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Ordens enviadas e a pagar	356 754,22	105 580,56

À vista:

Ordens enviadas e a pagar	356 754,22	105 580,56
---------------------------------	------------	------------

	2006	2005
A prazo:		
Empréstimos bancários obtidos	207 139,73	239 150,16
	563 893,95	344 730,72

19 — Vencimento dos débitos representados por títulos:

Não são apresentados saldos no passivo, rubrica 3 — «Débitos repre-sentados por títulos», razão pela qual não existem vencimentos no ano que se segue à data de encerramento do balanço.

22 — Passivos subordinados:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo da rubrica 8 do passivo é composto por um empréstimo/suprimentos dos sócios à sociedade:

Data da emissão	Prazo	Paga-mento de juros	Valor total
29 de Dezembro de 2004	5 anos	—	70 000

23 — Compromissos comerciais:

Os compromissos assumidos pela sociedade são de (em euros):

	2006	2005
Passivos eventuais:		
Activos dados em garantia	44 400,00	44 400,00

Esta rubrica corresponde a activos dados em caução para obtenção de uma garantia bancária a favor de terceiros.

24 — Provisões:

O movimento de provisões no exercício de 2006 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 2006	Saldo em 2005	Reforços	Reposições	Utilizações/câmbio	Variação
Provisões para risco-país	16 181,77	4 318,56	13 063,35	—	— 1 089,22	6 347,76
Provisão para outros riscos e encargos	7 200,00	—	—	—	—	7 200,00
<i>Total</i>	23 381,77	4 318,56	13 063,35	—	— 1 089,22	13 547,76

25 — Critérios de distinção entre títulos de negociação e de investimento:

O critério seguido para distinguir os títulos de negociação daqueles que constituem investimentos assenta fundamentalmente na intenção da aquisição. Assim, em relação aos títulos adquiridos, se a finalidade era a revenda a curto prazo, foram registados como títulos de negociação. Se a intenção era a alienação para além dos seis meses previstos no Plano de Contas, os títulos foram registados em títulos de investimento.

Ao fim de seis meses de permanência em títulos de negociação, sem que tenham sido vendidos, os títulos passam automaticamente para títulos de investimento.

26 — Títulos a vencimento alienados ou transferidos:

A sociedade não constituiu carteira de títulos a vencimento, pelo que não houve alienação ou transferência de títulos desta carteira.

27 — Contas de regularização:

Activo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Despesas com custo diferido:		
Prémios de seguros	7 525,79	6 203,59
Rendas e alugueres	15 508,16	15 539,45

Descrição	Saldo em 2005	Aumentos	Reduções	Saldo em 2006
Capital subscrito	500 000,00	—	—	500 000,00
Reservas	—	61 689,56	—	61 689,56
Resultado líquido de 2005	616 895,62	—	616 895,62	—
Resultado líquido de 2006	—	— 393 003,92	—	— 393 003,92
Resultados transitados	— 14 452,25	555 206,06	—	540 753,81
<i>Total</i>	1 102 443,37	223 891,70	616 895,62	709 439,45

A sociedade constituiu-se em 2003 com o capital social indicado. No entanto, o início de actividade ocorreu já em 2004.

O capital social da sociedade está representado por duas quotas de 450 000 euros e 50 000 euros.

30 — Partes de capital que confirmam direitos especiais:

Não existem em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis e de títulos e direitos similares, que confirmam direitos especiais.

31 — Desenvolvimento das rubricas outros activos e outros passivos:

Em outros activos (rubrica 13 do activo) figuram os seguintes valores:

	2006	2005
Devedores e outras aplicações:		
IRC a recuperar	2 131,09	—
Devedores diversos	7 924,32	15 248,01

	2006	2005
Outros custos administrativos	—	16 362,35
Operações activas a regularizar	4 281,88	2 193,04
<i>Total</i>	27 315,83	40 298,43

Passivo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Custos a pagar:		
De custos com pessoal	71 379,00	68 387,90
Outros custos administrativos	14 373,18	8 215,56
Operações passivas a regularizar	455,04	11 976,70
<i>Total</i>	86 207,22	88 580,16

28 — Escalonamento dos rendimentos de títulos:

Não existem títulos em carteira adquiridos por valor superior ao de reembolso nem títulos adquiridos por valor inferior ao de reembolso. A diferença entre o valor porque estão contabilizados os títulos investimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no valor de mercado é imaterial (nota n.º 10).

29 — Capital subscrito, reservas e resultados:

O movimento ocorrido nas rubricas de capital subscrito, reservas e resultados durante o exercício de 2006, foi a seguinte:

	2006	2005
Ordens a receber	48 349,88	136 930,38
Adiantamentos	141 840,35	63 314,41
Outras aplicações	19 098,00	44 498,00
<i>Total bruto</i>	219 343,64	259 990,80
Provisões para risco-país	(6 347,76)	(16 181,77)
<i>Total líquido</i>	212 995,88	243 809,03

Por sua vez na rubrica 4 do passivo (outros passivos) estão incluídos:

	2006	2005
Credores:		
Fornecedores	57 685,22	114 888,22
Credores diversos	169 823,62	130 412,92

	2006	2005
Outras exigibilidades:		
IRC e outros impostos a pagar	25 665,81	292 480,37
Contribuições para a segurança social	17 240,88	26 704,86
Total	270 415,53	564 486,37

34 — Efectivo de trabalhadores:

O efectivo de trabalhadores ao serviço da sociedade no final do exercício de 2006 e 2005, atingia os valores abaixo indicados, por grandes categorias profissionais:

	2006	2005
Funções:		
Chefias	1	1
Técnicos	6	6
Administrativos e comerciais	26	42
Total	33	49

35 — Remunerações atribuídas e compromissos assumidos com os órgãos sociais:

Não foram incorridos encargos, nem assumidos outros compromissos, com os membros dos órgãos de gerência e fiscalização durante o exercício de 2006 e 2005.

37 — Totais do activo e passivo em moeda estrangeira:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, representavam o contravalor indicado a seguir:

	2006	2005
Activos	65 890,03	65 959,66
Passivos	306 380,21	21 777,60

38 — Ventilação da actividade por mercados geográficos e linhas de negócio:

Os elementos da demonstração dos resultados e do balanço dizem integralmente respeito à actividade da sociedade no mercado geográfico de Portugal continental.

Os mesmos elementos apresentados por linhas de negócio, em 2006 e 2005, são os seguintes:

Rubricas	Remessas de e para o exterior	Câmbios de moeda	Reconciliação	Total de 2006
Juros e proveitos equiparados	1 071,87	—	—	1 071,87
Juros e custos equiparados	20 681,41	—	—	20 681,41
Comissões (proveito)	437 622,19	—	—	437 622,19
Comissões (custo)	183 676,81	—	—	183 676,81
Lucros em operações financeiras	1 121 927,98	26 886,19	—	1 148 814,17
Resultado líquido do exercício	— 419 890,11	26 886,19	—	393 003,92
Crédito sobre clientes	—	—	—	—
Débitos para com clientes	563 893,95	—	—	563 893,85
Activo líquido total	1 707 156,15	—	—	1 707 156,15

Rubricas	Remessas de e para o exterior	Câmbios de moeda	Reconciliação	Total de 2005
Juros e proveitos equiparados	1 071,87	—	—	1 071,87
Juros e proveitos equiparados	3 130,50	—	—	3 130,50
Juros e custos equiparados	17 517,77	—	—	17 517,77
Comissões (proveito)	466 738,43	—	—	466 738,43
Comissões (custo)	65 655,31	—	—	65 655,31
Lucros em operações financeiras	2 599 483,82	10 267,67	—	2 609 751,49
Resultado líquido do exercício	606 627,95	10 267,67	—	616 895,62
Crédito sobre clientes	—	—	—	—
Débitos para com clientes	344 730,72	—	—	344 730,72
Activo líquido total	2 177 440,62	—	—	2 177 440,62

39 — Custos e proveitos residuais e extraordinários:

As principais componentes das seguintes rubricas de custos e proveitos são:

	2006	2005
A) Outros custos de exploração:		
Rubrica 6:		
Quotizações e donativos	2 000,00	5 971,00
B) Perdas extraordinárias:		
Rubrica 11:		
Multas e outras penalidades legais	725,43	224,46
Prejuízo por extravio, roubo/falsificação de valores	50,00	95 515,36
Outras perdas extraordinárias	174,40	—
Total	949,83	95 739,82

	2006	2005
C) Ganhos extraordinários:		

Rubrica 9:

Outros ganhos extraordinários	252,73	693,49
-------------------------------------	--------	--------

40 — Encargos com passivos subordinados:

Não houve encargos imputados nem encargos pagos com passivos subordinados.

41 — Carga fiscal:

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício adicionado daquela dotação, foi a seguinte:

	2006	2005
Dotações para impostos sobre os lucros	—	274 730,00

	2006	2005
Lucro líquido do período adicionado da dotação para impostos sobre lucros	—	891 625,62
Carga fiscal (em percentagem)	—	30,80

Em 2006 não existe dotação para impostos sobre lucros e consequentemente carga fiscal, porque a matéria colectável é nula.

Em 2005 a carga fiscal veio aumentada pelo facto de ter havido perdas de natureza extraordinária (v. vota n.º 39), sem que tenha sido feita a sua dedução fiscal.

Não existem diferenças fiscais temporárias que produzam impacto importante ao nível dos resultados contabilísticos e dos resultados tributáveis.

42 — Incidência do imposto sobre rendimentos:

O imposto sobre lucros estimado incidiu sobre as seguintes rubricas de resultados do exercício:

	2006	2005
Resultados correntes	—	274 730,00
Resultados extraordinários	—	—

43 — Consolidação das contas da sociedade noutra instituição:

As contas da Trans Envio não são consolidadas em qualquer outra instituição.

44 — Empresas filiais noutros estados-membros da União Europeia:

A Trans Envio não possui filiais noutros estados-membros das Comunidades Europeias.

45 — Operações de locação financeira:

Os montantes de locação financeira, com indicação da rubrica onde estão contabilizadas, são as seguintes:

	2006	2005
Rubrica 10 — imobilizações corpóreas (brutas)	23 540,80	23 540,80
Amortizações acumuladas	(11 770,40)	(5 885,21)

46 — Compensação entre saldos devedores e credores:

Não são efectuadas compensações de saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas e de regularização ao abrigo de contratos de compensação.

47 — Transacções com entidades sob o mesmo domínio:

A sociedade efectua a liquidação de algumas remessas com entidades sob o mesmo domínio. O único resultado implícito nessas operações são comissões pela prestação desse serviço, as quais não têm qualquer materialidade nos resultados globais.

49 — Compromissos assumidos com pensões de reforma e sobrevivência:

A Trans Envio não tem responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência. Os seus colaboradores estão integrados no sistema nacional de segurança social.

51 — Outras informações:

Não existem riscos, nem resultados de natureza significativa conhecidos, que ponham em causa as demonstrações financeiras apresentadas.

A Gerência: *Márcio Leitão da Silva*. — O Responsável pela Contabilidade, *(Sem assinatura)*.

Declaração

Trans Envio — Agência de Câmbios, L.^{da}, com sede na Rua de Campolide, 47-A, em Lisboa, contribuinte n.º 505915804, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 13 804, com o capital social de 500 000 euros, não designou revisor oficial de contas, por, durante os dois últimos anos consecutivos, não terem sido ultrapassados os limites das alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais, o total do balanço inferior a 1 500 000 euros, o total das vendas líquidas e outros proveitos não ter atingido 3 000 000 de euros e o número de trabalhadores em média durante o exercício ter sido inferior a 50, pelo que estão contemplados os condicionalismos do n.º 3 do referido artigo.

Lisboa, 10 de Março de 2007. — A Gerência: *Márcio Leitão da Silva*. — O Responsável pela Contabilidade, *(sem assinatura)*.
2611033213

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750